

**Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 19/05/2016**

No décimo nono dia do mês de maio de dois mil e dezesseis, às 9h00, quarto andar, ala A, do Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, nesta Capital, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Governamentais:** **Lucimar Godoy** (SESA), **Katyani Ogura da Silveira** (Casa Civil), **Marcia Leonora Dudeque** (SEED), **Paulo Henrique Mariano** (SETI), **Regina Bergamaschi Bley** (SEJU) e **Maria Tereza Rosa** (SEDS). **Sociedade Civil:** **Sueli de Castro Gomes** (ARAS/Cáritas Maringá), **Márcia Terezinha Ponce** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), **Mariana Bassoi Duarte da Silva** e **Cesar Rosário Fernandes** (Conselho Regional de Psicologia do Paraná), **Elediane Carvalho da Rosa** (Movimento dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA), **Elizete Sant'Anna de Oliveira** (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM), **Marcos Stier Calixto** (Centro de Apoio ao Estrangeiro no Brasil) e **Clarice Calo** (Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico – Afro Brasileiro). **Colaboradores/Convidados:** **Douglas Rodrigues da Silva** (Ministério Público Federal), **Hatsuo Fukuda**, **Louise Rocha Raymundo** e **André Godinho** (SEJU), **Anna Murata** (Ministério Público Estadual), **Natalia Seggewiss** (Cáritas/TJPR), **Thiago Ribeiro** (UFPR), **Agni Castro Pita** e **Gabriel Godoy** (ACNUR), **Monique Medeiros** (Instituto de Reintegração Do Refugiado), **Elen Piccinini** (FACEL) e **Darli M.** (SEEC). **Ausências justificadas:** **Fátima Ikiko Yokohama** (SEJU) e **Ozeil Moura dos Santos** (Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico – Afro Brasileiro). Cumprimentando a todas e todos, a Presidente Katyani iniciou a reunião às 9h. Na sequência, ela deu a palavra aos convidados: Dr. Agni Pita (representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas – ACNUR) e Dr. Gabriel Godoy (Agente de Proteção), que trouxeram ao Conselho a situação atual dos Refugiados no Brasil e no Paraná. Depois de agradecer pelo convite e pela iniciativa do Conselho, Dr. Agni lembra que a proteção aos Refugiados deve se dar a partir de uma Política Pública de Integração Local que possibilite que eles reconstruam suas vidas em situação de segurança e dignidade, ou seja, com a proteção integral de seus direitos fundamentais. Ele lembra da grave situação da crise dos Refugiados: sessenta milhões de pessoas no mundo precisam de algum tipo de assistência nesse sentido (quatro milhões apenas na Síria). Destarte, as portas da Europa se fecharam e países como o Brasil estão dando um bom exemplo no acolhimento dessas pessoas em situação de vulnerabilidade, através de Políticas Públicas Humanitárias. Ele ainda disse que desde a Segunda Guerra Mundial não se via um desastre humanitário de tamanha magnitude. No entanto, naquele momento histórico, os países abriram suas portas para as vítimas dos regimes Nazifascistas; agora, as portas se fecham. Colocando a ACNUR à disposição do Conselho, o Dr. Agni acredita que se deve buscar uma resposta integradora e integral para os problemas

4  
5  
6  
7



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU  
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR**

apresentados. A Presidente passa a palavra ao Dr. Hatsuo Fukuda, diretor-geral da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Dr. Hatsuo destacou a importância que o Estado do Paraná dá a esse tema e como essa atenção tem se intensificado com o aumento das correntes migratórias. O Paraná tem recebido uma grande quantidade de migrantes haitianos e, segundo o Dr. Hatsuo, o Governo vem articulando uma série de medidas concretas para tornar essa transição mais confortável. A Conselheira Elizete lembrou que há alguns anos não existiam entidades que tratassem dessa temática, mas hoje pode-se ver uma grande articulação do Estado junto à Sociedade Civil na construção de um bom ambiente para os migrantes e refugiados. Ressaltou ainda a importante e necessária participação dos migrantes e refugiados nesse trabalho. O Conselheiro Marcos disse que não há estrutura para a quantidade de pessoas que irão se deslocar para o Brasil, por isso, pede o apoio da ACNUR. A Conselheira Márcia pergunta sobre a questão do reassentamento dos colombianos e os avanços do Brasil na criação de políticas que atendam os migrantes e refugiados. Dr. Agni lembra que a ACNUR faz um trabalho subsidiário aos Estados, ou seja, só atua quando o Estado não tem condições institucionais e/ou financeiras para atuar e embora o Brasil se encontre em meio a uma crise política e econômica, este não é o seu caso. Por isso, a ACNUR atua no Brasil de maneira muito diversa da qual atua em outros países mais vulneráveis. Ele diz que o Brasil é tido como uma grande potência econômica em índices globais e, embora reconheça que esses índices não são reais, o país é considerado como um Estado que deve ceder fundos e não recebê-los. Enquanto o Brasil precisa de fundos para a formação profissional, alfabetização, etc. outros países precisam de fundos para fazer com que a sua população possa sobreviver. Dr. Agni ressaltou que não está negando a possibilidade de colaboração, mas acredita que se deve buscar uma maneira inteligente de fazê-la. Sobre a questão do reassentamento dos colombianos, ele contou que havia aproximadamente 660 colombianos assentados que estavam no Equador e na Costa Rica. O reassentamento acontece quando o Estado não consegue dar segurança aos refugiados já reconhecidos: no caso do Equador e Costa Rica, por conta de grupos armados internos que punham em risco os refugiados, é aí que se estabelecem os programas de Reassentamento Solidário, como acontece no Brasil. Nos próximos meses haverá uma nova análise sobre o Equador, para verificar se ainda existem pessoas que precisam desse reassentamento. O Dr. Gabriel ponderou que, devido o momento político pelo qual o Brasil passa, nem todas as autoridades foram nomeadas e, por isso, ainda não é possível saber quem retomará a condução da Política Nacional para Refugiados. O programa de reassentamento brasileiro também deve ser objeto de discussão da equipe que está sendo formada e, assim como o Projeto de Mobilidade Regional e Inserção Socioeconômica no Estado do Paraná está paralisado. Sobre a questão dos refugiados sírios, ele relata que a ACNUR abriu um edital nacional chamando as entidades da Sociedade Civil que se interessassem em estabelecer uma parceria com ela. No Paraná, a entidade parceira é a Cáritas. Depois de alguns questionamentos do Conselheiro

[Palácio das Araucárias](#)

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

Fone: [41\)3221-7243](tel:(41)3221-7243) / [3221-7249](tel:3221-7249) - CEP 80530-915 - Curitiba/PR

8

9  
10

69 Marcos, o Dr. Gabriel frisou que, embora a parceira seja a Cáritas, a ACNUR está absolutamente aberta  
70 ao diálogo com outras instituições. Ele ainda contou que no site [www.acnur.org.br](http://www.acnur.org.br) existem diversos  
71 materiais que devem ajudar na comunicação com os refugiados, como a Cartilha Para Solicitantes de  
72 Refúgio e Refugiados, disponível em cinco idiomas. Sobre a questão do Monitoramento do Plano  
73 levantada pela Presidente Katyani, Louise explicou que no momento da elaboração do Plano, ficou  
74 estabelecido que o CERMA (na época, ainda um comitê) faria o seu monitoramento. Ela sugeriu, então,  
75 uma reunião extraordinária afim de discuti-lo e adaptá-lo para que ao final do ano de 2016 (prazo  
76 estabelecido pelo Plano) todas as ações possam ser implementadas. Depois de algumas colocações, as  
77 Conselheiras Elizete e Regina ponderaram que o Conselho, enquanto instituição organizada, ainda está  
78 em estágio embrionário e por isso é necessário que haja uma ajuda mutuá entre Sociedade Civil,  
79 Governo e entidades internacionais, como a ACNUR. A Conselheira Maria Tereza contou que a Secretaria  
80 de Estado da Família e Desenvolvimento Social começou a se envolver com a causa dos migrantes  
81 recentemente. No dia 06 de maio a Secretaria recebeu o documento Sistematização do Debate Sobre o  
82 Papel da Assistência Social aos Migrantes e a partir deste documento, que foi elaborado e encaminhado  
83 pelo Ministério do Desenvolvimento Social, será possível a criação de ações normatizadoras para o  
84 atendimento aos migrantes. Ela disse que a questão das entidades também é uma situação nova para  
85 eles, já que podem ser caracterizadas como entidades de assistência social e podem se cadastrar juntos  
86 aos Conselhos Municipais de Assistência Social, para que passem a ter direito de acesso aos convênios  
87 e outros benefícios. Depois dessas discussões preliminares, os Conselheiros se dividiram em dois  
88 grupos: um composto por membros da Sociedade Civil e outros por membros de entidades  
89 Governamentais. As reuniões aconteceram afim de desenvolver o Monitoramento do Plano. **1 –**  
90 **Abertura:** no período da tarde, a Presidente da início à Plenária. Ela destacou que algumas Secretarias  
91 não estão comparecendo às reuniões do Conselho. Por isso, solicitará que o chefe da Casa Civil entre  
92 em contato com essas Secretarias para que elas incentivem a participação dos Conselheiros que as  
93 representam nas reuniões ou então façam a substituição dessas pessoas por outras que estejam  
94 disponíveis. **2 – Aprovação da pauta:** a Pauta foi aprovada, com acréscimo (ponto 8).  
95 **3 – Aprovação da Ata:** a Ata foi aprovada, levando em conta a consideração feita pela Conselheira  
96 Elizete: ela sugeriu que aqueles que fizerem os encaminhamentos verifiquem na Ata se o  
97 encaminhamento solicitado na Plenária está de acordo com ela. **4 – Informes: Secretaria Executiva –**  
98 **Mesa Diretora – Conselheiros:** questionada sobre o Regimento Interno, a Presidente informou que os  
99 Conselheiros integrantes da Comissão responsável pela sua elaboração combinaram estudar o  
100 Regimento e encaminhá-lo via e-mail. A Conselheira Tailaine e o Conselheiro Paulo fizeram um  
101 levantamento dos pontos mais importantes que deveriam compor o Regimento. O Conselheiro Paulo  
102 ficou responsável por compilar todos os pontos levantados e a Presidente acredita que já na próxima



**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR**

13  
14  
15

103 reunião eles poderão ser apresentados ao Conselho. A Conselheira Marcia Ponce lembrou que de 12 à  
104 19 de junho será celebrada a Semana Nacional do Migrante. Em Londrina, no dia 15 de junho, haverá  
105 uma audiência pública na Câmara Municipal, com a presença do Cônsul do Haiti e no dia 17 do mesmo  
106 mês haverá um Seminário sobre a situação dos migrantes no interior do Estado. Também sobre isso, a  
107 Conselheira Elizete disse que em Curitiba haverá o Mês do Migrante e uma série de entidades já estão  
108 se reunindo afim de construir uma agenda para o mês, assim, ela convidou as entidades Cíveis e  
109 Governamentais a participar do evento. A última reunião para esse fim deve acontecer na Universidade  
110 Federal do Paraná, no dia 23 de maio, às 18h30. Ela também do lembrou Fórum Social Mundial das  
111 Migrações, que está com as inscrições abertas até o dia 30 de maio e acontecerá entre os dias 7 e 10 de  
112 julho, em São Paulo. A Conselheira Regina destacou que a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e  
113 Direitos Humanos está se articulando, junto a ACNUR, para trazer a exposição “Vidas Refugiadas” para o  
114 Museu Oscar Niemeyer. Embora a Secretaria pretenda trazê-la em julho, aproveitando a série de eventos  
115 que acontecerão à cerca do tema, isso deve ocorrer no segundo semestre do ano de 2016. **5 –**  
116 **Planejamento da Videoconferência:** baseada em sua experiência com a Secretaria de Estado da  
117 Saúde, a Conselheira Lucimar explicou aos demais Conselheiros como funcionará a Videoconferência,  
118 que deve acontecer no dia 06 de junho, das 8h30 às 12h. Ela informou que existem 22 Regionais de  
119 Saúde, que têm o equipamento necessário para a Videoconferência que será transmitida ao vivo. Nessas  
120 Regionais, o espaço disponível não é muito grande: as salas suportam aproximadamente 20 pessoas. O  
121 convite às Regionais é feito com antecedência para que elas possam se organizar. Geralmente, cerca de  
122 85% Regionais aderem à Videoconferência: a adesão não chega a 100% porque muitas delas acabam se  
123 deparando com alguma emergência. Ela disse que é interessante que se dê preferência aos profissionais  
124 das Regionais de Saúde, dos Núcleos de Educação e da Assistência Social. A programação será a  
125 seguinte: das 8h30 às 9h deve haver uma apresentação geral; em seguida, o CERMA deve se  
126 apresentar, informando, se possível, alguns dados sobre a situação dos refugiados, migrantes e apátridas  
127 no Estado do Paraná; na sequência haverá um momento de informações sobre o acesso à saúde, ao  
128 trabalho e a assistência social; por fim, deve acontecer um momento de debate. Ela lembrou que o  
129 Conselho pode fazer as alterações que achar necessárias. **6 – Relato da reunião dos Conselheiros:**  
130 **6.1 – Sociedade Civil:** O Conselheiro Cesar informou que a Sociedade Civil fez uma discussão sobre  
131 alguns Eixos do Plano, sendo eles: Educação, Saúde e Trabalho. O grupo acredita que deve haver um  
132 momento mais amplo para que se discuta o Monitoramento do Plano, com a participação dos  
133 Representantes Governamentais que compõem a Comissão de Monitoramento do Plano. Na sequência,  
134 a Conselheira Mariana fez a leitura dos pontos que foram discutidos na reunião: “Segundo a avaliação do  
135 Eixo 1 (Educação), a Sociedade Civil percebe a não efetivação das ações propostas, apesar de perceber  
136 o esforço no processo de validação de diplomas do Ensino Superior. “A partir dessa avaliação propomos

[Palácio das Araucárias](#)

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico

Fone:  [\(41\)3221-7243 / 3221-7249](tel:(41)3221-7243) - CEP 80530-915 - Curitiba/PR

137 e sugerimos como encaminhamento: a) que os próprios refugiados, migrantes e apátridas, juntamente à  
138 ACNUR e a CONARE possam promover a capacitação para os agentes públicos, referidos no item 3; b) a  
139 padronização, o acompanhamento e a desburocratização para a validação de diploma do Ensino  
140 Fundamental e Médio; c) padronização e acompanhamento de processo de validação de Ensino  
141 Superior, com a participação das Universidades Estaduais; d) verificar, junto ao Centros Estaduais de  
142 Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), se há a disponibilidade de professores e auxiliares,  
143 com materiais e respeito a diversidade cultural; e) se possível, possibilitar a inclusão de refugiados,  
144 migrantes e apátridas no apoio cultural do ensino de línguas”. Devido a grande repercussão dos pontos  
145 levantados pela Sociedade Civil, os Conselheiros Governamentais se limitaram a comentá-los e  
146 responderam alguns questionamentos que surgiram. Mais discussões sobre isso acontecerão no  
147 momento oportuno, ou seja, na reunião da Comissão que foi criada exclusivamente para o  
148 Monitoramento do Plano. **7 – Apresentação: 7.1 – Conselho Regional de Psicologia do Paraná – CRP:**  
149 A Conselheira Mariana apresentou o Núcleo de Psicologia e Migrações (NUPSIM), que faz parte da  
150 Comissão de Direitos Humanos do CRP e se institucionalizou no fim de 2015. A Conselheira explicou a  
151 importância da psicologia no processo de adaptação dos refugiados, migrantes e apátridas. Ela destacou  
152 que os trabalhos realizados para que esse processo se realize não devem se ater exclusivamente a  
153 aspectos objetivos: a subjetividade do indivíduo também deve ser levada em consideração e respeitada.  
154 Além disso, ela contou como se deu o processo de desenvolvimento do NUPSIM e quais são os seus  
155 objetivos e atividades, numa apresentação que durou cerca de 20 minutos. Depois da exposição, abriu-  
156 se espaço para questionamentos. O Conselheiro Marcos perguntou se havia um espaço físico de apoio  
157 psicológico, para que as entidades pudessem encaminhar os refugiados, migrantes e apátridas que  
158 tiverem tal necessidade. A Conselheira Mariana informou que não existe um único espaço específico,  
159 mas vários, sobretudo nas Universidades, além da CASLA e profissionais autônomos voluntários.  
160 Parabenizando a iniciativa, a Conselheira Marcia Ponce solicitou que o projeto se estendesse também ao  
161 interior do Estado do Paraná (que é carente sob esse aspeto), não limitando as suas atividades apenas à  
162 Capital. Agradecendo e parabenizando a iniciativa, a Conselheira Laurette informou que existem muitos  
163 indivíduos com problemas que se recusam a fazer um acompanhamento psicológico, por falta de  
164 informação. Ele ponderou que os haitianos não lidam só com a mudança, mas também com o trauma  
165 sofrido em seu país de origem. A Conselheira Mariana reconheceu esse problema e disse que há todo  
166 um trabalho conjunto para que haja a criação de um vínculo e essa resistência seja minimizada. **7.2 –**  
167 **Secretaria de Estado da Educação – SEED:** A Conselheira Marcia Dudeque falou sobre a relação da  
168 SEED com aos migrantes, refugiados e apátridas. Ela informou que há, em 2016, um total de 2.143  
169 Escolas Estaduais no Estado do Paraná e que todas essas Escolas estão disponíveis aos estudantes  
170 estrangeiros. Ela deu uma série de informações e exibiu alguns dados a respeito das atividades da

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR**21  
22  
23

171 Secretaria, numa apresentação que, assim como a anterior, durou cerca de 20 minutos. Depois da  
172 exposição, abriu-se espaço para questionamentos. A Conselheira Sueli perguntou se havia alternativas  
173 aos indivíduos que, por conta da carga horária de trabalho, têm dificuldade em se manter na Escola.  
174 Além disso, ela disse que acha importante que se inclua os refugiados, migrantes e apátridas nos  
175 programas das Escolas Técnicas. A Conselheira Marcia Dudeque disse que nos Centros Estaduais de  
176 Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), o aluno trabalhador que tem turnos alternados de  
177 trabalho tem a possibilidade de se matricular em períodos que se encaixem com seu turno de trabalho. O  
178 representante do Ministério Público Federal, Douglas, perguntou como a Secretaria se relaciona com as  
179 diferenças culturais e se ela fornece um material didático para a aprendizagem do português baseando-  
180 se nas peculiaridades de cada idioma estrangeiro. A Conselheira Marcia respondeu que as escolas estão  
181 trabalhando transversalmente com as diferentes culturas conforme a “demanda”. Com relação ao  
182 material didático, ela explicou que existe uma lacuna em todo o país, atingindo tanto os estudantes  
183 brasileiros, quanto os estrangeiros. A Conselheira Elizete ponderou que além de dar a devida importância  
184 à educação dos estrangeiros, também é preciso que se dê atenção à educação dos nacionais, afinal, a  
185 educação adequada tende a contribuir para uma convivência menos truculenta entre os indivíduos de  
186 uma dada sociedade. **8 – Aprovação de moções:** O Conselheiro Cesar fez a leitura da Moção de  
187 Repúdio, previamente escrita por entidades da Sociedade Civil, ao episódio de racismo e xenofobia  
188 contra o estudante haitiano, Getho Mondesi, em Foz do Iguaçu/PR, no dia 14/05/2016. Com algumas  
189 pequenas alterações, a Moção foi aprovada pelo Conselho. O segundo texto, também lido pelo  
190 Conselheiro Cesar, consistia em uma “Manifestação pela Manutenção e Avanço de Políticas Públicas de  
191 Direitos Humanos para a os Refugiados, Migrantes e Apátridas”. Esse texto, no entanto, por não  
192 apresentar o mesmo caráter de urgência que o anterior e por conta de algumas divergências entre os  
193 Conselheiros sobre o seu conteúdo, será submetido a uma nova análise e à eventuais adaptações e  
194 deve ser encaminhado aos Conselheiros para aprovação o mais rápido possível. **9 – Encerramento:** Sem  
195 mais assuntos a serem tratados, a Presidente encerra a reunião. A presente Ata foi lavrada pelo Núcleo  
196 de Assessoramento aos Conselhos – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) e, após  
197 sua leitura e aprovação, será anexada à cópia da lista de presença assinada pelos integrantes presentes  
198 nessa reunião.